

#### **19. Protocolo de Colaboração com Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a minuta de protocolo de colaboração com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima para aprovação, nos termos das alíneas u), v) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que tem por objeto fomentar a cooperação mútua para promover a proteção e o apoio aos cidadãos vítimas de crime, com uma comparticipação financeira anual no valor de €10.000,00 (dez mil euros), tudo de acordo com os documentos que constam do processo.

## PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA E A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA

Considerando que:

**A.** Nos termos do disposto nas alíneas *g)* e *h)* do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da Saúde e Ação Social;

**B.** Compete à Câmara Municipal, nos termos das alíneas *u)* e *v)* do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apoiar atividades de natureza social de interesse para o Município, bem como participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social.

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, entidade com o número de identificação de pessoa coletiva 506901173 e sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, no presente ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**.

E

A **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA – APAV** – instituição particular de solidariedade social, pessoa coletiva nº 502547952, com sede em Lisboa, na Rua José Estêvão, n.º 135 A, 1150-201 | Lisboa, neste ato representada pela Secretária Geral, **Carmen Rasquete**.

Atentos à necessidade da promoção de serviços de apoio que possam dar resposta às necessidades e expectativas dos cidadãos vítimas de infrações penais de uma forma próxima, qualificada e humanizada;

Conscientes da importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais, as autoridades judiciais e os órgãos de polícia criminal e as organizações da sociedade civil que prosseguem a defesa dos interesses e dos direitos e o apoio às vítimas de crime;

Convictos de que as respostas às necessidades de populações devem ser dadas em parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;

Guiadas pelos objetivos e princípios que regem as recomendações da Organização das Nações Unidas e do Conselho da Europa sobre o atendimento e apoio às vítimas de crime, pelas normas e recomendações emanadas da Comissão Europeia, assim como pela Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade;

Orientadas pelo Manifesto, Cartas e Declarações do *Victim Support Europe*;

Conscientes da missão social em que ambas estão investidas;

inspiradas nos objetivos consignados no Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, nomeadamente nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas *u)* e *ee)*, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, segundo o qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva recreativa ou outra de interesse para o município, bem como criar, construir e gerir instalações, equipamentos (...) integrados no património do Município;

Celebram entre si o presente Protocolo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira

As Partes Contraentes propõem-se fomentar a cooperação mútua para promover a proteção e o apoio aos cidadãos vítimas de crime.

#### Cláusula Segunda

O Município de Braga acolherá o Gabinete de Apoio à Vítima de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, atualmente sediado na  
em instalações do Município, através da cedência gratuita de instalações adequadas e mobiladas e equipada com uma linha telefónica direta recetora de chamada para que a APAV as utilize para prossecução dos seus fins.

#### Cláusula Terceira

O período de vigência do presente protocolo é de doze meses, iniciando no mês em que for assinado. Durante esse período, o Município de Braga compromete-se a apoiar financeiramente a manutenção do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga, através da comparticipação financeira anual no valor de € 10.000,00 (dez mil euros).

#### Cláusula Quarta

O Município de Braga apoiará a divulgação da existência do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga junto dos munícipes, dos serviços da Câmara, de Juntas de Freguesia e de instituições, públicas e privadas, presentes no concelho através do seu boletim informativo, e da produção de folhetos e cartazes, de modelo oficial da APAV, com a menção destacada do apoio municipal.

#### Cláusula Quinta

As partes comprometem-se a facultar informação e demais elementos necessários solicitados para o bom desenvolvimento da atividade do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga.

#### Cláusula Sexta

O presente protocolo pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias ou pelo Município de Braga, sempre que assim o imponham razões de interesse público devidamente fundamentadas. A modificação do Protocolo obedece a forma escrita.

#### Cláusula Sétima

A execução do presente protocolo pode ser total ou parcialmente, suspensa com base nos seguintes fundamentos:

- Impossibilidade temporária de cumprimento, designadamente em virtude de mora de um dos outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
- Por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.

#### Cláusula Oitava

Sem prejuízo da resolução do presente protocolo nos termos gerais de Direito, pode também ser resolvido quando se verifique:

- Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
- Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

#### Cláusula Nona

O presente protocolo, pode ser revogado a todo o tempo por acordo entre as partes devendo ser comunicada a intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

A revogação obedece a forma escrita por meio de carta registada com aviso de receção.

#### Cláusula Décima

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do protocolo, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico.

Qualquer alteração das informações de contacto constantes do protocolo deverá ser comunicada à outra parte.

#### Cláusula Décima Primeira

A despesa constante da execução do presente protocolo tem cabimento n.º \_\_\_\_\_ na rubrica Dinamização das Atividades para a Coesão Social – Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos do orçamento do Município de Braga, tendo-lhe sido atribuído o registo de compromisso n.º \_\_\_\_\_.

Braga, 25 de Setembro de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

---

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

O Presidente da Direção da  
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

---

(Carmen Rasquete)